



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	1
1.1. Fases metodológicas do direito processual.....	1
1.2. Violação de norma fundamental. Recurso especial ou extraordinário?....	8
1.3. Negócio processual sobre norma fundamental.....	9
CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS.....	11
2.1. Processo e direitos fundamentais.....	11
2.2. Devido processo legal.....	11
2.2.1. Eficácia horizontal.....	12
2.2.2. Devido processo legal em sentido formal e substancial. Princípio da proporcionalidade.....	12
2.2.3. Princípios decorrentes do devido processo legal.....	14
2.2.3.1. Efetividade ou maior coincidência possível.....	14
2.2.3.2. Princípio da adequação.....	15
2.2.3.3. Princípio da adaptabilidade, adequação judicial ou elasticidade.....	15
2.2.3.4. Lealdade ou boa-fé processual objetiva.....	16
2.2.3.5. Princípio da cooperação.....	20
2.2.4. Duração razoável do processo ou de um processo sem dilações indevidas.....	21
2.2.5. Princípio do contraditório.....	22
2.2.6. Princípio da instrumentalidade. Teoria circular dos planos processual e material.....	24
2.2.7. Acesso à justiça. Primazia da resolução de mérito.....	24
2.2.8. Sistematização dos princípios.....	25
CAPÍTULO 3 – JURISDIÇÃO.....	27
3.1. Conceito.....	27
3.2. Equivalentes jurisdicionais.....	30
3.3. Princípios da jurisdição.....	33
3.4. Jurisdição voluntária, graciosa ou integrativa.....	37
3.4.1. Teoria clássica ou administrativista.....	38
3.4.2. Teoria revisionista ou jurisdicionista.....	38
3.4.3. Características da jurisdição voluntária.....	39

CAPÍTULO 4 – ARBITRAGEM	41
4.1. Considerações iniciais.....	41
4.2. Natureza jurídica.....	42
4.3. Da constitucionalidade	43
4.4. Do árbitro e do dever de revelação.....	44
4.5. Da convenção de arbitragem.....	44
4.6. Convenção de arbitragem em contrato de adesão.....	46
4.7. Da investidura e da competência.....	46
4.8. Arbitragem <i>ad hoc</i> e institucional.....	47
4.9. Arbitragem de direito e de equidade	47
4.10. Aspectos processuais da arbitragem.....	48
4.10.1. Momento da instituição, do prazo e do encerramento	48
4.10.2. Interrupção da prescrição	48
4.10.3. Cláusula de foro de eleição.....	48
4.10.4. Convenção de arbitragem e título executivo	48
4.10.5. Alegação de incompetência, impedimento e suspeição.....	49
4.10.6. Das cartas arbitrais.....	49
4.10.7. Da publicidade e da confidencialidade.....	49
4.10.8. Excepcionais hipóteses de judicialização da arbitragem.....	50
4.10.9. Cooperação jurisdicional à arbitragem: tutelas provisórias	51
4.10.10. Produção antecipada de prova e a arbitragem.....	52
4.10.11. Sentença arbitral estrangeira.....	53
4.11. Da arbitrabilidade subjetiva.....	53
4.12. Da arbitrabilidade objetiva.....	53
4.12.1. Da arbitragem nas relações de consumo.....	54
4.12.2. Arbitragem no direito coletivo.....	55
4.12.3. Arbitragem nos litígios familiares.....	55
4.12.4. Arbitragem nos litígios trabalhistas.....	55
4.12.5. Arbitragem nas relações imobiliárias	55
4.12.6. Arbitragem nas sociedades anônimas	56
4.13. Arbitragem envolvendo o poder público.....	56
4.13.1. Considerações iniciais	56
4.13.2. Direitos patrimoniais disponíveis.....	57
4.13.3. Da publicidade.....	58
4.13.4. Previsão no edital de licitação	59
4.13.5. Escolha do órgão arbitral	59
4.13.6. Da desnecessidade de observância do regime do precatório	60
4.13.7. Do descabimento de reexame necessário.....	61
4.13.8. Do afastamento dos prazos diferenciais.....	61
4.13.9. Da inaplicabilidade da isenção de despesas.....	61
4.13.10. Das limitações às tutelas provisórias	62
4.14. Da observância dos padrões decisórios formados no judiciário	62
4.15. Do <i>dispute board</i>	62

CAPÍTULO 5 – DIREITO DE AÇÃO	65
5.1. Demanda e relação jurídica substancial deduzida	65
5.2. Classificação das ações	65
5.3. Condições da ação	67
5.4. Estudo das “condições da ação”	71
5.5. Interesse de agir	73
5.6. Legitimidade de parte	75
5.6.1. Legitimidade extraordinária e substituição processual	80
5.6.2. Substituição processual, sucessão processual e representação processual	80
5.7. Cumulação de ações, concurso de ações e cumulação de pedidos	81
5.8. Abuso do direito de ação. <i>Sham litigation</i>	83
CAPÍTULO 6 – DO PROCESSO	85
6.1. Natureza jurídica	85
6.2. Modelos processuais: adversarial, inquisitivo e cooperativo	88
6.3. Pressupostos processuais	89
6.3.1. Noções gerais	89
6.3.2. Visualização dos pressupostos processuais	89
6.3.3. Investidura na jurisdição	90
6.3.4. Partes	90
6.3.5. Demanda. Tríplice identidade ou <i>tria eadem</i>	92
6.3.6. Requisitos processuais de validade positivos e negativos	94
6.3.7. Competência	95
6.3.8. Juiz imparcial	95
6.3.9. Demanda regularmente formada (respeito ao formalismo)	96
6.3.10. Citação	96
6.3.11. Partes capazes. Teoria da tríplice capacidade	96
6.3.12. Algumas exceções sobre a capacidade	97
6.3.13. Ato praticado sem procuração vs. sem capacidade postulatória ...	100
6.3.14. Curador especial	100
6.3.15. Capacidade processual das pessoas casadas. Suprimento judicial ...	103
6.4. Requisitos processuais negativos	104
6.4.1. Litispendência e coisa julgada. Litispendência parcial vs. continência	105
6.4.2. Perempção	106
6.4.3. Convenção de arbitragem	107
6.4.4. Outros requisitos negativos	107
CAPÍTULO 7 – COMPETÊNCIA	109
7.1. Conceito. Princípio da tipicidade, indisponibilidade e competência implícita	109
7.2. Natureza jurídica	110

7.3.	Momento de fixação. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	111
7.4.	Classificação: absoluta e relativa.....	112
7.5.	decisão de incompetência. recorribilidade. <i>Translatio iudicii</i>	115
7.6.	Causas de modificação da competência	115
7.7.	Prevenção (juízo de 1º grau e Tribunais).....	120
7.8.	Competência por distribuição.....	121
7.9.	Competência internacional	121
7.10.	CrITÉrios de separação de competência.....	122
7.11.	Algumas reflexões sobre o critério territorial.....	126
7.12.	Classificação dos critérios de competência em absolutos ou relativos...	127
7.13.	Conflito de competência	129
CAPÍTULO 8 – DO LITISCONSÓRCIO.....		133
8.1.	Considerações iniciais.....	133
8.2.	Classificação.....	133
8.3.	Peculiaridades entre as classificações.....	137
8.3.1.	Litisconsórcio multitudinário x litisconsórcio recusável/facultativo impróprio	137
8.3.2.	Todo litisconsórcio necessário é unitário?.....	139
8.3.3.	Litisconsórcio facultativo e unitário. Efeitos da coisa julgada.....	140
8.3.4.	Litisconsórcio necessário ativo.....	141
8.3.5.	Litisconsórcio simples e unitário concomitantemente.....	144
8.3.6.	Litisconsórcio sucessivo. Litisconsórcio subsidiário/eventual	144
8.3.7.	Litisconsórcio alternativo.....	146
8.3.8.	Inobservância do litisconsórcio necessário	147
8.4.	Dinâmica do litisconsórcio	148
8.5.	Alguns institutos afetos ao estudo do litisconsórcio	150
8.5.1.	Intervenção <i>iussu iudicis</i>	150
8.5.2.	Intervenção litisconsorcial voluntária	151
8.5.3.	“Despolarização” ou intervenção móvel	152
CAPÍTULO 9 – NEGÓCIO E CALENDÁRIO PROCESSUAIS		155
9.1.	Noções gerais.....	155
9.2.	Do calendário processual.....	156
9.3.	Alguns requisitos necessários aos negócios processuais	157
9.3.1.	Capacidade negocial	157
9.3.2.	Vulnerabilidade	158
9.3.3.	Objeto	158
9.3.4.	Forma.....	161
9.4.	Inexecução judicial ou extrajudicial. Recorribilidade.....	163
CAPÍTULO 10 – DAS TUTELAS PROVISÓRIAS.....		165
10.1.	Sobre as tutelas provisórias	165

10.2. Requisito negativo: irreversibilidade	167
10.3. Legitimidade (partes, mp, terceiros etc.)	168
10.4. Concessão <i>ex officio</i>	169
10.5. Momento para requerimento	169
10.6. Compatibilidade com todos os procedimentos	170
10.7. Requerimento incidental e antecedente	170
10.7.1. Tutela provisória antecipada e cautelar incidental. Competência.....	171
10.7.2. Tutela provisória antecipada antecedente	171
10.7.3. Da estabilização da tutela provisória	172
10.7.4. Tutela provisória cautelar antecedente. Fungibilidade.....	176
10.8. Efetivação da tutela provisória.....	177
10.9. Responsabilidade do beneficiário da antecipação da tutela.....	177
10.10. Revogação ou modificação. Sentença de improcedência. Decisão do tribunal	177
10.11. Antecipação de tutela contra a Fazenda Pública	178
10.12. Da tutela da evidência.....	179
10.12.1. Da tutela da evidência e o julgamento antecipado de mérito	182
CAPÍTULO 11 – DO PROCEDIMENTO	183
11.1. Noções gerais.....	183
11.2. Extinção do procedimento sumário (art. 275 do CPC/1973)	185
11.3. Espécies de procedimento.....	186
CAPÍTULO 12 – PROCEDIMENTO COMUM DE CONHECIMENTO.....	189
12.1. Fases do procedimento.....	189
12.2. Quadro sinótico	190
12.3. Da petição inicial.....	191
12.3.1. Requisitos	191
12.4. Emenda da petição inicial. Aditamento da petição inicial	193
12.5. Indeferimento da petição inicial.....	195
12.6. Hipóteses de indeferimento. Diferença entre inépcia e indeferimento	197
12.7. Pedido: certo e determinado.....	197
12.7.1. Exceções à certeza (pedidos implícitos)	198
12.7.2. Exceções à determinação (pedido genérico)	199
12.8. Cumulação de pedidos	200
12.8.1. Requisitos	200
12.8.2. Cumulação própria e imprópria.....	202
12.8.3. Concurso de ações	204
12.9. Estabilização da demanda.....	204
CAPÍTULO 13 – JULGAMENTOS LIMINARES DE MÉRITO	207
13.1. Noções gerais.....	207
13.2. Hipóteses	207

13.3.	Julgamento liminar do pedido.....	208
13.4.	Reconhecimento de ofício de prescrição ou decadência legal.....	209
13.5.	Improcedência liminar atípica.....	211
13.6.	Rejeição liminar de embargos manifestamente protelatórios.....	211
13.7.	Aplicabilidade nos demais ritos processuais.....	212
13.8.	Regime jurídico recursal.....	212
CAPÍTULO 14 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.....		215
14.1.	Introdução.....	215
14.2.	Obrigatoriedade ou não de sua realização.....	215
14.3.	Nas ações do direito de família.....	216
14.4.	Hipóteses de inadmissão.....	217
14.5.	Nas ações que envolvam o Poder Público.....	217
14.6.	Compatibilidade com os procedimentos especiais.....	218
14.7.	Manifestação de desinteresse do réu.....	218
14.8.	Negócio processual sobre a audiência.....	218
14.9.	Ausência injustificada.....	219
14.10.	Comparecimento pessoal e representação das partes.....	219
14.11.	Conciliação ou mediação.....	221
CAPÍTULO 15 – CONTESTAÇÃO, RECONVENÇÃO E REVELIA.....		223
15.1.	Noções gerais.....	223
15.2.	Prazo de resposta e seu termo <i>a quo</i>	223
15.3.	Contestação.....	224
15.3.1.	Concentração ou eventualidade.....	224
15.3.1.1.	Exceções à concentração ou eventualidade.....	225
15.3.2.	Impugnação especificada dos fatos.....	225
15.3.2.1.	Exceções ao ônus da impugnação especificada.....	225
15.3.3.	Ordem a ser observada na contestação.....	226
15.4.	Questões prévias (preliminares).....	227
15.5.	Questões prévias (prejudiciais).....	231
15.6.	Defesas de mérito.....	231
15.7.	Vício na representação.....	232
15.8.	Intempestividade.....	232
15.9.	Alegação de incompetência no domicílio do réu.....	232
15.10.	Reconvenção.....	233
15.10.1.	Generalidades.....	233
15.10.2.	Legitimidade.....	233
15.10.3.	Interesse, necessidade e adequação.....	235
15.10.4.	Pressupostos processuais.....	236
15.10.5.	Procedimento.....	237
15.11.	Revelia.....	237
15.11.1.	Noções gerais (contumácia e revelia).....	237

15.11.2. Possíveis efeitos da revelia.....	238
15.11.3. Possibilidade de rescisória	241
15.11.4. <i>Querella nullitatis insanabilis</i>	241
15.11.5. Revelia na reconvenção	241
15.11.6. Revelia nos embargos do executado	242
CAPÍTULO 16 – JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO...	243
16.1. Julgamento conforme o estado do processo	243
16.2. Julgamento imediato do mérito.....	243
16.3. Julgamento imediato parcial do mérito	245
16.4. Julgamento parcial de mérito nos tribunais.....	246
CAPÍTULO 17 – SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	247
17.1. Noções gerais.....	247
17.2. Pedido de esclarecimento e ajuste. estabilização.....	248
17.3. Calendário processual.....	249
17.4. Estabilização e questões de “ordem pública” (Cogentes).....	250
CAPÍTULO 18 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	251
18.1. Noções gerais.....	251
18.2. Natureza jurídica.....	251
18.3. Princípios.....	252
18.4. Juiz, MP, partes, advogados e auxiliares da justiça.....	252
18.5. Estrutura dos atos.....	253
CAPÍTULO 19 – DIREITO PROBATÓRIO.....	255
19.1. Noções gerais e conceito.....	255
19.2. Teoria geral da prova.....	255
19.2.1. Natureza jurídica das normas sobre provas.....	255
19.2.2. Objeto da prova. Prova de direito	256
19.2.3. Exclusão do objeto da prova	257
19.2.4. Fases da prova. Prova produzida e obtida.....	258
19.2.5. Provas diretas, indiretas, típicas e atípicas. Fontes e meios de provas.....	258
19.2.6. Destinatários da prova.....	259
19.2.7. Ônus da prova: subjetivo e objetivo.....	259
19.2.8. Distribuições sobre o ônus da prova.....	260
19.2.8.1. Atribuição ope legis.....	261
19.2.8.2. Distribuição ope iudicis.....	261
19.2.8.3. Distribuição convencional.....	263
19.2.9. Princípio da aquisição da prova e direito adquirido	263
19.2.10. Prova diabólica e negativa.....	263
19.2.11. Sistema de valoração: [livre] convencimento motivado ou per- suasão racional.....	264

19.2.12.	Produção probatória pelo juízo	265
19.2.13.	Ponderação de interesses e as limitações probatórias	266
19.2.14.	Prova emprestada	266
19.2.15.	Interceptação, escuta e gravação telefônica	267
19.2.16.	Prova produzida em segredo de justiça.....	268
19.2.17.	Prova produzida por juízo incompetente.....	268
19.2.18.	Prova fora da terra.....	268
19.2.19.	Prova <i>ad perpetuam rei memoriam</i>	268
19.2.20.	Prova por estatística ou por amostragem.....	269
19.3.	Das demandas probatórias autônomas.....	269
19.3.1.	Produção antecipada de provas ou de asseguaração da prova (art. 381, I, do CPC/2015)	271
19.3.2.	Demandas de descoberta (art. 381, II e III, do CPC/2015)	272
19.3.3.	Do arrolamento de bens (art. 381, § 1º, do CPC/2015)	272
19.3.4.	Da justificação (art. 381, § 5º, do CPC/2015).....	272
19.4.	Das provas em espécie	272
19.4.1.	Ata notarial como meio de prova típico.....	272
19.4.2.	Depoimento pessoal	274
19.4.3.	Confissão	275
19.4.4.	Exibição de documento ou coisa.....	276
19.4.5.	Da arguição de falsidade documental, da prova documental e documentos eletrônicos	277
19.4.6.	Prova testemunhal.....	278
19.4.7.	Prova pericial.....	281
19.4.8.	Inspeção judicial.....	282
CAPÍTULO 20 – TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL.....		285
20.1.	Noções gerais.....	285
20.2.	Decisões proferidas pelo juízo singular	285
20.2.1.	Sentença.....	285
20.2.2.	Interlocutórias	286
20.3.	Decisões proferidas em órgãos colegiados	287
20.4.	Elementos da decisão.....	287
20.5.	Relatório	287
20.6.	Fundamentação	288
20.6.1.	Decisão sem fundamentação.....	288
20.6.2.	Decisão mal fundamentada	289
20.6.3.	Funções da fundamentação	291
20.6.4.	Fundamentação. Questão prejudicial. Coisa julgada	291
20.7.	Dispositivo	293
20.7.1.	Decisão sem dispositivo	293
20.7.2.	Teoria dos capítulos da sentença. Decisões objetivamente complexas.....	293

20.8.	Atributos da decisão	294
20.8.1.	Atributos intrínsecos	294
20.8.2.	Atributos extrínsecos. Vícios da sentença.....	297
20.9.	Decisões subjetivamente complexas.....	299
20.10.	Decisão e fato superveniente.....	300
20.10.1.	Alcance do art. 493 do CPC.....	300
20.11.	Decisão definitiva e terminativa.....	301
20.12.	Decisão determinativa.....	301
20.13.	Efeitos da decisão	302
20.13.1.	Efeito principal.....	303
20.13.2.	Efeitos reflexos.....	303
20.13.3.	Efeitos anexos ou secundários.....	303
20.14.	Publicação, intimação, retratação e integração.....	304
CAPÍTULO 21 – DO REEXAME NECESSÁRIO		307
21.1.	Natureza Jurídica	307
21.2.	Da constitucionalidade duvidosa.....	308
21.3.	Hipóteses de reexame no CPC.....	309
21.4.	Dispensas de reexame.....	310
21.5.	Hipóteses de reexame em leis especiais.....	311
21.5.1.	Mandado de segurança.....	311
21.5.2.	Na tutela coletiva.....	312
21.5.3.	Nas desapropriações	312
21.5.4.	Adição de vencimento ou reclassificação profissional contra Fazenda Pública.....	313
21.5.5.	Pessoas portadoras de deficiência física.....	313
21.6.	Procedimento.....	313
CAPÍTULO 22 – COISA JULGADA.....		317
22.1.	Noções gerais.....	317
22.2.	Coisa julgada formal e material	317
22.3.	Pressupostos da coisa julgada material.....	318
22.4.	Efeitos da coisa julgada.....	318
22.5.	Limites objetivos da coisa julgada (o que faz coisa julgada?).....	319
22.5.1.	Questões prejudiciais.....	319
22.6.	Limites subjetivos da coisa julgada (quem se submete?).....	320
22.7.	Técnicas ou modos de produção da coisa julgada	320
22.8.	Revisão da coisa julgada	321
22.8.1.	Ação rescisória.....	321
22.8.2.	<i>Querela nullitatis</i>	321
22.8.3.	Inexatidões materiais e erros de cálculo.....	321
22.8.4.	Sentença fundada em lei ou ato normativo declarados pelo STF como inconstitucionais ou incompatíveis com a Constituição....	322

22.8.5.	Considerações sobre a relativização da coisa julgada.....	322
22.8.6.	Denúncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	324
CAPÍTULO 23 – TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO.....		325
23.1.	Noções gerais.....	325
23.2.	Prescrição na execução.....	326
23.3.	Execução direta e indireta. atipicidade dos meios executivos.....	328
23.3.1.	Prisão civil.....	329
23.3.2.	Multa periódica.....	330
23.3.3.	Sanções premiais.....	331
23.3.4.	Protesto. Inserção em cadastro de inadimplentes.....	331
23.3.5.	Poder geral de efetivação ou atipicidade das medidas executivas.....	331
23.4.	Sincretismo processual.....	333
23.5.	Cognição, mérito e coisa julgada.....	334
23.6.	Princípios inerentes à atividade executiva.....	336
23.6.1.	Efetividade. Máxima coincidência do possível. Do resultado.....	336
23.6.2.	Menor onerosidade (art. 805 do CPC).....	337
23.6.3.	Responsabilidade patrimonial ou de que “toda execução é real” ...	338
23.6.4.	Contraditório (cognição da atividade executiva).....	339
23.6.5.	Unidirecional ou dispositivo e mérito da atividade executiva.....	340
23.6.6.	Cooperação, lealdade e boa-fé processual.....	341
23.6.7.	Princípio da tipicidade dos meios executivos vs. poder geral de efetivação.....	342
23.6.8.	Princípio da proporcionalidade.....	342
CAPÍTULO 24 – REQUISITOS PARA A ATIVIDADE EXECUTIVA.....		345
24.1.	Título executivo.....	345
24.1.1.	Princípio de que não há execução sem título.....	345
24.1.2.	Natureza do título executivo. Art. 785 do CPC.....	346
24.1.3.	Taxatividade dos títulos executivos. Negócio jurídico processual.....	347
24.1.4.	Tipicidade dos títulos executivos (<i>nulla titulus sine lege</i>).....	347
24.1.5.	Atributos da obrigação representada no título.....	348
24.1.6.	Participação do devedor.....	350
24.2.	Títulos executivos judiciais (art. 515 do CPC).....	351
24.2.1.	Inciso I: a decisão proferida no processo civil.....	351
24.2.2.	Inciso II: decisão que homologar autocomposição judicial.....	355
24.2.3.	Inciso III: acordo extrajudicial homologado em juízo.....	357
24.2.4.	Inciso IV: formal e a certidão de partilha.....	357
24.2.5.	Inciso V: crédito dos auxiliares da justiça homologados judicialmente.....	358
24.2.6.	Inciso VI: sentença penal condenatória transitada em julgado ...	358
24.2.7.	Inciso VII: sentença arbitral.....	361

24.2.8.	Inciso VIII: sentença estrangeira homologada pelo STJ.....	362
24.2.9.	Inciso IX: interlocutória estrangeira após o <i>exequatur</i> pelo STJ.....	363
24.3.	Títulos executivos extrajudiciais (art. 784 do CPC).....	364
24.3.1.	Inciso I: letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....	364
24.3.2.	Inciso II: escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	366
24.3.3.	Inciso III: documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.....	366
24.3.4.	Inciso IV: instrumento de transação referendado pelo MP, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou pelo conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	368
24.3.5.	Inciso V: contratos garantidos por penhor, hipoteca, anticrese e caução.....	369
24.3.6.	Inciso VI: contratos de seguro de vida em caso de morte.....	370
24.3.7.	Inciso VII: crédito decorrente de foro e laudêmio.....	371
24.3.8.	Inciso VIII: crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios.....	372
24.3.9.	Inciso IX: certidão de dívida ativa.....	373
24.3.10.	Inciso X: Crédito condominial.....	374
24.3.11.	Inciso XI: certidão expedida por serventia notarial ou de registro.....	375
24.3.12.	Inciso XII: demais títulos atribuídos por lei com força executiva.....	376
24.4.	Responsabilidade patrimonial.....	376
24.4.1.	Obrigação e responsabilidade patrimonial.....	376
24.4.2.	Bens que respondem pela satisfação da obrigação (arts. 789 e 790, III, do CPC).....	378
24.4.3.	Responsabilidade patrimonial secundária do sucessor (art. 790, I, do CPC).....	379
24.4.4.	Responsabilidade do sócio nos termos da lei (art. 790, II, do CPC).....	379
24.4.5.	Responsabilidade do cônjuge (art. 790, IV, do CPC).....	380
24.4.6.	Alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução (art. 790, V, do CPC).....	381
24.5.	Impenhorabilidade de bens (art. 789 do CPC).....	381
24.5.1.	Natureza jurídica das regras de impenhorabilidade.....	382
24.5.2.	Eficácia no tempo das normas sobre impenhorabilidade.....	383
24.5.3.	Hipóteses de impenhorabilidades.....	384
24.5.4.	Bem de família legal (Lei 8.009/1990).....	384
24.5.5.	Bem de família convencional (art. 1.711 do CC/2002).....	387
24.5.6.	Demais impenhorabilidades (arts. 833 e 834 do CPC).....	387
24.6.	Fraudes do devedor.....	394
24.6.1.	Fraude contra credores.....	394

24.6.2. Fraude à execução	396
24.6.3. Fraude do bem constrito judicialmente	398
24.6.4. Quadro sinótico.....	399
CAPÍTULO 25 – CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	401
25.1. Noções gerais.....	401
25.2. hipóteses de admissibilidade	401
25.3. Aspectos procedimentais	402
25.4. Formalização.....	402
25.5. Autos apartados ou mesmos autos?.....	402
25.6. Exigência de requerimento	403
25.7. Caução. Natureza jurídica. Dispensa	403
25.8. Responsabilidade do exequente	404
25.9. Multa do ART. 523 na execução provisória.....	405
25.10. Execução provisória contra a Fazenda Pública e seus limites	406
CAPÍTULO 26 – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	409
26.1. Considerações iniciais.....	409
26.2. Obrigações liquidáveis	410
26.3. Títulos liquidáveis.....	410
26.4. Vedações à sentença ilíquida.....	411
26.5. Cognição. Natureza jurídica da decisão. Fidelidade ao título	411
26.6. Liquidação provisória. Liquidação contra a Fazenda Pública	412
26.7. Legitimidade: credor ou devedor	413
26.8. Modalidades de liquidação	413
26.9. Competência	414
26.10. Procedimentos liquidatórios: considerações iniciais	415
26.11. Liquidação por arbitramento.....	415
26.12. Liquidação pelo procedimento comum.....	416
26.13. Hipóteses de liquidação que frustra a execução	417
26.13.1. Prescrição e decadência.....	417
26.13.2. Liquidação de valor zero	417
26.13.3. Ausência de prova	417
26.14. Considerações finais.....	418
CAPÍTULO 27 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA	419
27.1. Considerações iniciais.....	419
27.2. Da máxima coincidência possível	420
27.3. Meios de efetivação.....	421
27.4. Multa periódica.....	422
27.5. Conversão da obrigação em perdas e danos	423
27.6. Impossibilidade de cumprimento de forma específica.....	424

27.7.	Exceção ao princípio da adstrição	425
27.7.1.	Prisão civil como meio de coerção indireta atípica	425
27.8.	Obrigações de emitir declaração de vontade (art. 501 do CPC).....	426
27.9.	Cumprimento de sentença – obrigações de entregar coisa	427
27.9.1.	Considerações iniciais	427
27.9.2.	Formas de efetivação.....	427
27.9.3.	Retenção e indenização de benfeitorias	428
27.10.	Defesa do executado	428
CAPÍTULO 28 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR		429
28.1.	Noções gerais.....	429
28.2.	Requerimento	429
28.3.	Cálculos do credor	430
28.4.	Prescrição intercorrente.....	431
28.5.	Intimação do executado (art. 513, § 2º, do CPC).....	431
28.6.	Pagamento em consignação especial	432
28.7.	Prazo para pagamento	433
28.8.	Multa do art. 523, § 1º, do CPC.....	433
28.9.	Pagamento total e parcial. Oferecimento de bens	433
28.10.	Hipossuficiência econômica.....	434
28.11.	Honorários advocatícios.....	434
CAPÍTULO 29 – EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL (FAZER, NÃO FAZER, ENTREGAR COISA E PAGAR).....		435
29.1.	Noções gerais.....	435
29.2.	Petição inicial	436
29.3.	Emenda. Interrupção da prescrição. Citação postal	437
29.4.	Execução extrajudicial nas obrigações de entregar coisa	439
29.5.	Execução extrajudicial nas obrigações de fazer e não fazer	440
29.6.	Execução extrajudicial nas obrigações de pagar	441
29.7.	Posturas do executado	441
29.7.1.	Pagamento no prazo de três dias. Honorários. Sanção premial..	441
29.7.2.	Inércia do executado (art. 829, § 1º).....	442
29.7.3.	Oposição de embargos do executado (arts. 915 c/c 914).....	442
29.7.4.	Parcelamento compulsório ou moratória legal (art. 916).....	443
29.8.	Arresto executivo.....	445
29.9.	Certidão de execução.....	445
CAPÍTULO 30 – PENHORA		447
30.1.	Noções gerais.....	447
30.2.	Efeitos processuais da penhora.....	447
30.2.1.	Garantia do juízo.....	447

30.2.2.	Individualização do bem sujeito à execução	448
30.2.3.	Direito de preferência	448
30.3.	Efeitos materiais da penhora.....	449
30.3.1.	Desapossamento.....	449
30.3.2.	Ineficácia dos atos de oneração e alienação.....	449
30.4.	Ordem de preferência (art. 835 do CPC/2015).....	450
30.5.	Penhora <i>on-line</i>	450
30.6.	Substituição do bem penhorado.....	452
CAPÍTULO 31 – EXPROPRIAÇÃO.....		455
31.1.	Noções gerais.....	455
31.2.	Adjudicação.....	456
31.2.1.	Momento da adjudicação	457
31.2.2.	Valor da adjudicação.....	458
31.2.3.	Legitimados para a adjudicação	458
31.2.4.	Pluralidade de interessados. Licitação incidental	458
31.2.5.	Intimação do executado	459
31.2.6.	Auto de adjudicação.....	459
31.3.	Alienação.....	460
31.4.	Alienação por iniciativa particular.....	460
31.5.	Leiloeiro judicial	461
31.6.	Edital.....	462
31.7.	Realização do leilão.....	464
31.8.	Legitimados a arrematar	464
CAPÍTULO 32 – DEFESAS DO EXECUTADO		465
32.1.	Noções gerais.....	465
32.2.	Embargos à execução.....	465
32.2.1.	Nomenclatura e hipóteses de utilização	465
32.2.2.	Natureza jurídica	465
32.2.3.	Desnecessidade de garantia do juízo	466
32.2.4.	Prazo	467
32.2.5.	Efeito suspensivo. Garantia do juízo.....	468
32.2.6.	Procedimento.....	469
32.2.7.	Matérias alegáveis.....	471
32.3.	Impugnação ao cumprimento de sentença.....	472
32.3.1.	Noções gerais	472
32.3.2.	Natureza jurídica	472
32.3.3.	Matérias alegáveis.....	472
32.3.4.	Procedimento. Prazo. Resposta. Honorários. Garantia do juízo	475
32.3.5.	Efeitos	477
32.3.6.	Recursos	477
32.4.	Quadro sinótico	478

32.5.	Exceção de pré-executividade	479
32.5.1.	Noções históricas.....	479
32.5.2.	Objeto	479
32.5.3.	Nomenclatura	480
32.5.4.	Procedimento.....	480
32.6.	Ações autônomas (defesas heterotópicas).....	481
32.6.1.	Noções gerais	481
CAPÍTULO 33 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		483
33.1.	Noções gerais.....	483
33.2.	Fazenda pública.....	483
33.3.	Cumprimento de sentença nas obrigações de pagar quantia.....	484
33.4.	Impugnação ao cumprimento de sentença.....	486
33.5.	Da expedição do precatório	490
33.6.	Execução extrajudicial para o pagamento de quantia certa	490
33.7.	Período de apresentação e regime de pagamento.....	491
33.8.	Sequestro	492
33.9.	Honorários advocatícios.....	493
CAPÍTULO 34 – DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE ALIMENTOS		495
34.1.	Noções gerais.....	495
34.2.	Espécies de obrigações alimentícias.....	495
34.3.	Competência. Execução itinerante	496
34.4.	Legitimidade ativa do Ministério Público	496
34.5.	Procedimento.....	496
34.6.	Técnicas executivas diferenciadas.....	497
34.7.	Execução extrajudicial	498
34.8.	Mecanismos de defesa do executado.....	498
CAPÍTULO 35 – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS		501
CAPÍTULO 36 – SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES		503
36.1.	Noções gerais.....	503
36.2.	Norma jurídica geral e individualizada.....	504
36.3.	Jurisprudência dominante. Súmula. <i>Ratio decidendi</i> . <i>Obter dictum</i>	504
36.4.	Efeitos do precedente.....	507
36.5.	Precedentes declarativos e criativos	508
36.6.	Dinâmica do precedente	508
36.6.1.	Técnicas de confronto e superação do precedente: <i>distinguishing e overruling</i>	508
36.7.	Deveres gerais dos tribunais sobre o sistema de precedentes.....	511

36.8. Precedentes com eficácia vinculante no CPC/15.....	513
36.9. Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> do art. 927 Do CPC/15	513
36.10. Cabimento de reclamação. Eficácia vinculante escalonada: grande, média e pequena	514
CAPÍTULO 37 – DOS PODERES DOS RELATORES.....	515
37.1. Noções gerais.....	515
37.2. Do art. 932 do CPC.....	515
CAPÍTULO 38 – TÉCNICA DE JULGAMENTO PARA AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO	519
38.1. Sobre a extinção dos embargos infringentes.....	519
38.2. Técnica de julgamento substitutiva	519
38.3. Hipóteses de aplicação.....	520
38.4. alguns problemas interpretativos.....	521
38.5. Hipóteses de inadmissão de tal técnica	522
38.6. Sustentação oral	523
38.7. Possibilidade de revisão do voto já proferido	523
CAPÍTULO 39 – DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IAC).....	525
39.1. Noções gerais.....	525
39.2. Objetivos.....	525
39.3. Pressupostos.....	525
39.4. Legitimidade	526
39.5. Competência, admissibilidade e julgamento	527
39.6. Ordem cronológica de julgamento.....	527
CAPÍTULO 40 – AÇÃO RESCISÓRIA	529
40.1. Noções gerais.....	529
40.2. Ação rescisória	530
40.3. Nulidade, sanatória geral, rescindibilidade e coisa soberanamente julgada	530
40.4. Pressupostos da ação rescisória	531
40.4.1. Decisão rescindível.....	531
40.4.2. Trânsito.....	535
40.4.3. Prazo	536
40.4.4. Hipóteses de rescindibilidade.....	537
40.5. Condições da ação	546
40.5.1. Legitimidade (art. 967 do CPC).....	546
40.5.2. Interesse de agir	548
40.6. Competência	548
40.7. Procedimento.....	550
40.7.1. Petição inicial.....	550

40.7.2.	Depósito prévio de 5% do valor da causa	551
40.7.3.	Tutela provisória e a execução da decisão rescindenda	552
40.7.4.	Documentos indispensáveis	552
40.7.5.	Posturas do relator diante da petição inicial.....	552
40.7.6.	Respostas do réu.....	553
40.7.7.	Ministério Público.....	553
40.7.8.	Instrução probatória	553
40.7.9.	Audiência de conciliação e mediação.....	554
40.7.10.	Recursos	554
40.8.	Rescisória de rescisória.....	554
40.9.	Principais diferenças entre rescisória e <i>querela</i>	554
40.10.	Ação rescisória e ação anulatória.....	555
CAPÍTULO 41 – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)		557
41.1.	Noções gerais.....	557
41.2.	Requisitos positivos e negativos.....	557
41.3.	Diferença entre IRDR e IAC.....	558
41.4.	Competência para admissibilidade.....	558
41.5.	Competência para julgamento do IRDR.....	558
41.6.	IRDR e os Juizados Especiais Cíveis	559
41.7.	Legitimidade para instauração	559
41.8.	Objeto do IRDR.....	560
41.9.	Prazo	560
41.10.	Custas.....	560
41.11.	Recursos e rescisória no IRDR.....	560
41.12.	Suspensão dos processos.....	561
41.13.	Da decisão de julgamento do IRDR.....	562
CAPÍTULO 42 – RECLAMAÇÃO		563
42.1.	Noções gerais.....	563
42.2.	Natureza jurídica.....	563
42.3.	Possibilidade no âmbito dos TJs e TRFs.....	564
42.4.	Procedimento.....	565
42.5.	Hipóteses de admissibilidade	566
42.5.1.	Usurpação de competência (art. 988, I, do CPC)	566
42.5.2.	Desrespeito à autoridade da decisão do tribunal (art. 988, II, do CPC).....	567
42.5.3.	Desrespeito à súmula vinculante e às decisões em controle de constitucionalidade concentrado (art. 988, III, do CPC/2015 e Lei 11.417/2006)	568
42.5.4.	Inobservância de precedente em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência (art. 988, IV, do CPC)	569

42.5.5.	Eficácia vinculante escalonada dos precedentes	569
42.5.6.	Decisão de turma recursal de Juizado Especial Cível.....	570
42.6.	Distinção entre reclamação e correição parcial.....	573
CAPÍTULO 43 – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ÀS DECISÕES JUDICIAIS		575
43.1.	Meios de impugnação às decisões judiciais	575
43.2.	Conceito.....	576
43.3.	Classificação dos recursos.....	577
43.3.1.	Quanto à extensão da matéria: total ou parcial.....	577
43.3.2.	Recurso principal e recurso adesivo	577
43.3.3.	Quanto ao objeto: recursos ordinários e excepcionais.....	578
43.3.4.	Quanto à fundamentação: livre e vinculada	579
43.4.	Atos recorríveis	579
43.4.1.	Atos recorríveis: decisões de juízo de primeiro grau.....	579
43.4.2.	Atos recorríveis: decisões monocráticas no tribunal.....	581
43.5.	Juízos recursais: admissibilidade (conhecimento)	582
43.5.1.	Competência para o juízo de admissibilidade.....	583
43.5.2.	Natureza jurídica do juízo de admissibilidade	584
43.5.3.	Requisitos genéricos de admissibilidade	586
43.5.4.	Cabimento	586
43.5.5.	Legitimidade para recorrer	588
43.5.6.	Interesse recursal.....	589
43.5.7.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer.....	591
43.5.8.	Regularidade formal	592
43.5.9.	Preparo	592
43.5.10.	Tempestividade.....	595
43.6.	Juízo de mérito.....	597
43.6.1.	Pedido e causa de pedir recursais.....	597
43.6.2.	Cumulação de pedidos e de causas de pedir no recurso.....	599
43.7.	Efeitos dos recursos.....	600
43.7.1.	Impeditivo ou obstativo.....	600
43.7.2.	Efeito desobstrutivo	601
43.7.3.	Efeito suspensivo	601
43.7.4.	Efeito devolutivo.....	602
43.7.5.	Efeito translativo.....	604
43.7.6.	Efeito regressivo ou iterativo ou rotatório.....	605
43.7.7.	Efeito expansivo subjetivo.....	605
43.7.8.	Efeito substitutivo.....	606
43.7.9.	Efeito interruptivo.....	606
43.8.	<i>Reformatio in pejus. Reformatio in mellius.</i> Benefício comum.....	607
43.9.	Honorários recursais	609
43.10.	“Recurso” adesivo	610
43.10.1.	Recurso adesivo cruzado/condicionado	612

CAPÍTULO 44 – APELAÇÃO	613
44.1. Noções gerais.....	613
44.2. Requisitos	614
44.3. Regularidade formal.....	615
44.4. Hipótese do art. 1.009, § 1º, do CPC: contrarrazões ou recurso?	615
44.5. Procedimento em primeira instância.....	616
44.6. Procedimento no Tribunal.....	616
44.7. Efeito Devolutivo	617
44.7.1. Efeito devolutivo na extensão. <i>Ius novorum</i>	617
44.7.2. Efeito devolutivo na profundidade	618
44.8. Efeito suspensivo <i>ope legis e ope iudicis</i>	618
44.9. Teoria da causa madura ou efeito desobstrutivo	620
CAPÍTULO 45 – DOS AGRAVOS	623
45.1. Considerações gerais sobre o agravo.....	623
45.2. Agravo de instrumento.....	623
45.2.1. A controvérsia sobre o rol do art. 1.015: o STJ e nossa posição... ..	623
45.2.2. Análise das hipóteses do art. 1.015	625
45.2.3. Interposição	630
45.2.4. Efeito suspensivo	630
45.2.5. Instrução do agravo: documentos obrigatórios	630
45.2.6. Instrução do agravo: documentos facultativos.....	631
45.2.7. Vícios que comprometam a admissibilidade do agravo.....	632
45.2.8. Comprovação da interposição do agravo de instrumento.....	632
45.2.9. Procedimento e aplicação da teoria da causa madura.....	633
45.2.10. Superveniência de sentença	634
45.3. Agravo interno	635
45.4. Agravo em recurso especial e extraordinário	636
CAPÍTULO 46 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	639
46.1. Conceito.....	639
46.2. Hipóteses de cabimento.....	639
46.3. Objetivo	641
46.4. Procedimento.....	641
46.5. Efeito devolutivo	642
46.6. Efeito suspensivo.....	642
46.7. Efeito infringente ou modificativo	642
46.8. Efeito interruptivo, expansivo e de prequestionamento.....	643
46.9. Efeito integrativo.....	645
46.10. Dispensabilidade dos embargos de declaração e decisão omissa	646
46.11. Controle de constitucionalidade e julgamento dos embargos.....	647
CAPÍTULO 47 – DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS	649
47.1. Introdução.....	649

47.2.	Requisitos específicos de admissibilidade.....	649
47.2.1.	Violação direta à norma. Conversibilidade.....	649
47.2.2.	Proibição de reexame de provas e cláusulas contratuais.....	650
47.2.3.	Prequestionamento.....	652
47.2.4.	Esgotamento recursal.....	654
47.3.	Posturas da presidência ou vice-presidência do tribunal recorrido.....	654
47.4.	Efeito Suspensivo <i>ope iudicis</i>	657
47.5.	Preparo.....	657
47.6.	Profundidade do efeito devolutivo.....	657
47.7.	Questões de “ordem pública”.....	658
47.8.	Cabimento contra acórdão que julga agravo de instrumento.....	659
47.9.	Procedimento.....	660
47.10.	Julgamento dos RECURSOS extraordinário e especial repetitivos.....	662
CAPÍTULO 48 – RECURSO ESPECIAL.....		667
48.1.	Funções do STJ.....	667
48.2.	Hipóteses de cabimento de recurso especial (art. 105, III, da CF).....	667
48.2.1.	Decisão que contrariar tratado ou lei federal ou negar-lhe vigência.....	669
48.2.2.	Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	670
48.2.3.	Der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	670
48.3.	Decisão em remessa necessária.....	671
CAPÍTULO 49 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....		673
49.1.	Introdução.....	673
49.2.	Hipóteses de cabimento (art. 102, III, da Cr/1988).....	673
49.2.1.	Decisão contrária a dispositivo da Constituição Federal.....	674
49.2.2.	Decisão que decreta inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	674
49.2.3.	Decisão que julga válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.....	675
49.2.4.	Decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	675
49.3.	Repercussão geral.....	675
49.3.1.	Crise do STF.....	675
49.3.2.	Eficácia e natureza jurídica do instituto.....	675
49.3.3.	Distinção da vetusta arguição de relevância.....	676
49.3.4.	Análise da repercussão geral.....	676
49.3.5.	<i>Quorum</i> para inadmissão.....	678
49.3.6.	<i>Amicus curiae</i>	679
49.3.7.	Prazo para julgamento.....	679
49.3.8.	Decisão da Presidência ou Vice-Presidência.....	680

CAPÍTULO 50 – RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	681
50.1. Introdução	681
50.2. ROC para o STF (art. 1.027, I, do CPC/2015). Recurso <i>secundum eventum litis</i>	682
50.3. ROC em MS (art. 1.027, II, “a”, do CPC/2015). Recurso <i>secundum eventum litis</i>	682
50.4. Procedimento (tanto para o STJ como para o STF)	683
50.5. ROC em causas internacionais (art. 1.027, II, “b”, do CPC/2015)	685
BIBLIOGRAFIA	687

MATERIAL SUPLEMENTAR

☞ COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	1
☞ DAS INTERVENÇÕES DE TERCEIRO	17
☞ INVALIDADES PROCESSUAIS	77
☞ MINISTÉRIO PÚBLICO	83
☞ ALEGAÇÃO DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO	91
☞ ATOS PROCESSUAIS	95
☞ DA COGNIÇÃO	129
☞ PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES	137
☞ COMPETÊNCIA EXECUTIVA	139
☞ PARTES NA EXECUÇÃO	147
☞ EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	155
☞ BIBLIOGRAFIA	159